

PROGRAMAÇÃO

21 DE SETEMBRO DE 2016 (QUARTA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	LOCAL
9h às 12h	Minicursos	A cientificidade do fenômeno religioso: um diálogo entre fenomenologia e teologia Prof. Dr. Renato Kirchner	<i>Campus I</i> Prédio CCHSA – Bloco C, Sala 312
		Qualidade de Referências Bibliográficas e da apresentação de Trabalhos Científicos Profa. Dra. Elizabeth Fátima de Souza	<i>Campus I</i> Prédio H06, Sala 08
		Redes Ópticas Elásticas Profa. Dra. Indayara Bertoldi Martins	<i>Campus I</i> Prédio H06, Sala 16
10h às 12h	Minicurso	Como as políticas públicas podem transformar um direito social em direito subjetivo? Uma análise sobre a possibilidade de inclusão social a partir da implementação de políticas públicas voltadas à cidade e ao planejamento urbano Prof. Dr. Josué Mastrodi Neto	<i>Campus I</i> Prédio CCHSA – Bloco C, Sala 310
14h às 17h	Sessões de Comunicação Oral	Sessões de Comunicação Oral FAPIC/Reitoria, – período de agosto de 2015 a julho de 2016 – FAPESP e CNPq/Edital	<i>Campus I</i> Prédio CCHSA – Bloco E Salas: 101, 102, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117 e 118

MINICURSO	
DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, DAS 9H ÀS 12H	
Local:	<i>Campus I – Prédio CCHSA – Bloco C, Sala 312</i>
Tema:	A cientificidade do fenômeno religioso: um diálogo entre fenomenologia e teologia
Ministrante:	Prof. Dr. Renato Kirchner
Ementa:	Contextualiza, brevemente, o que vem a ser fenomenologia e teologia e, a partir daí, dispõe a relação entre elas como uma atitude dialógica entre duas ciências.
Objetivo(s):	Apresentar a compreensão do que seja fenomenologia e teologia em suas respectivas cientificidades. Encaminhar um diálogo possível entre as duas ciências e, desse modo, compreender sua viabilidade, além de contextualizar uma possibilidade de diálogo no horizonte filosófico contemporâneo.
Conteúdo Programático:	Visando a um melhor aproveitamento do minicurso, recomenda-se a leitura prévia do texto de Hans-Georg Gadamer intitulado “A dimensão religiosa”, o qual poderá ser disponibilizado aos participantes em formato digital. Opta-se, assim, por uma abordagem da questão a partir do conteúdo apresentado por Gadamer e que será exposto durante o minicurso da seguinte maneira: 1) Contextualização da fenomenologia no pensamento de Martin Heidegger; 2) Compreensão da cientificidade teológica, bem como em ciências da religião; 3) Repercussões do diálogo no ambiente filosófico/teológico contemporâneo.
Referências:	GADAMER, Hans-Georg. A dimensão religiosa (1981). In: Hegel – Husserl – Heidegger. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 413-428. GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Ontologia hermenêutica e teologia. Aparecida: Santuário, 2011. HEIDEGGER, Martin. Fenomenologia e teologia (1927). In: Marcas do caminho. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 56-88. _____. Introducció n a la investigació n fenomenoló gica. Madri: Síntesis, 2006. MISSAGIA, Juliana. A hermenêutica em Heidegger e Gadamer: algumas confluências e divergências. In: Griot – Revista de filosofia, v. 6, n. 2, 2012, p. 1-13.

MINICURSO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, DAS 9H ÀS 12H	
Local:	Campus I – Prédio H06, Sala 08
Tema:	Qualidade de Referências Bibliográficas e da apresentação de Trabalhos Científicos
Ministrante:	Profa. Dra. Elizabeth Fátima de Souza
Ementa:	Apresenta os indicadores de qualidade e discute a importância da qualidade das fontes de referências bibliográficas para trabalhos acadêmicos e científicos. Proporciona uma experiência de acesso a bases bibliográficas de artigos científicos nacionais e internacionais. Demonstra a importância da qualidade de uma apresentação na divulgação de resultados de pesquisa e trabalha um roteiro básico de elaboração de apresentações orais e pôsteres.
Objetivo(s):	Fornecer aos interessados ferramentas para ampliar a capacidade de busca de literatura atualizada e qualificada sobre um tema de interesse, bem como sobre formas de apresentação de resultados de pesquisa.
Conteúdo Programático:	<ol style="list-style-type: none">1. Atividade prática: avaliação inicial da qualidade de referências bibliográficas;2. Caracterização de artigo em publicação periódica científica (artigo científico);3. Indicadores de qualidade de artigos científicos: (a) Web of Science™, Journal Citation Reports® e Impact Factor® e (b) Qualis® e WebQualis®;4. Aplicação prática do uso, com busca e acesso a artigos científicos sobre assunto de interesse, nas bases de dados científicos ScienceDirect® e Scientific Electronic Library Online® (SciELO);5. Divulgação dos resultados de pesquisa: apresentações orais e pôsteres;6. Fatores importantes na elaboração do material para uma apresentação oral e de um pôster;7. Exemplos de aplicação: apresentações orais e pôsteres.
Referências:	<p>KAUR, J.; FERRARA, E.; MENCZER, F.; FLAMMINI, A.; RADICCHI, F. Quality versus quantity in scientific. <i>Journal of Informetrics</i>, Amsterdam, v. 9, n. 4, p. 800-808, 2015.</p> <p>CARTER, M. <i>Designing Science Presentations - A Visual Guide to Figures, Papers, Slides, Posters, and More</i>. 1 ed. Amsterdam: Academic Press, 2013. 384p.</p> <p>WALJEE, J. F.; LARSON, B. P.; CHANG, K. W.-C.; ONO, S.; HOLLAND, A. L.; HAASE, S. C.; CHUNG, K. C. Developing the Art of Scientific Presentation. <i>The Journal of Hand Surgery</i>, Amsterdam, v. 37, n. 12, p. 2580-2588, 2012.</p> <p>STAPA, M.; MURAD, N. A.; AHMAD, N. Engineering Technical Oral Presentation: Voices of the Stakeholder. <i>Procedia - Social and Behavioral Sciences</i>, Amsterdam, v. 118, n. 19 March, p.463-467, 2014.</p> <p>CANALES, T.; SCHMAL, R. Trabajando con Pósteres: una Herramienta para el Desarrollo de Habilidades de Comunicación en la Educación de Pregrado. <i>Formación Universitaria, La Serena – CH</i>, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2013.</p>

MINICURSO	
DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, DAS 9H ÀS 12H	
Local:	<i>Campus I – Prédio H06, Sala 16</i>
Tema:	Redes Ópticas Elásticas
Ministrante:	Profa. Dra. Indayara Bertoldi Martins
Ementa:	Introdução às Redes Ópticas Elásticas e simulação de redes ópticas elásticas utilizando software VPItransmissionMaker.
Objetivo(s):	Simulação de redes ópticas elásticas.
Conteúdo Programático:	<ol style="list-style-type: none">1. Conceitos básicos de Redes Ópticas Elásticas;2. Construção e configuração dos elementos do arranjo de simulação;3. Avaliação da BER do sinal transmitido versus a distância e o número de canais.
Referências:	<p>AGRAWAL, G., <i>Nonlinear Fiber Optics</i>, 4th Ed., Academic Press, McGraw Hill, 2006.</p> <p>GERSTEL, O.; JINNO, M.; LORD, A.; YOO, S.J.B. "Elastic optical networking: A New Dawn for the Optical Layer?", <i>Communications Magazine, IEEE</i> , vol. 50, nº.2, pp. s12-s20, February 2012.</p> <p>MARTINS I. B.; CASTANON G.; LEZAMA F.; ALDAYA I. "Impact of spectral width on signal transmission distance in elastic optical network," <i>Transparent Optical Networks (ICTON)</i>, 2014 16th International Conference on, Graz, 2014, pp. 1-3.</p> <p>RAMASWAMI, R.; SIVARAJAN, K. N. [<i>Optical Networks: a practical perspective</i>], Morgan Kaufmann, Academic Press, Boston, USA 3rd. Ed., 2010.</p> <p>VPIphotonics™, <i>VPItransmissionMaker User Manual</i>, Germany, 2010.</p>

MINICURSO	
DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, DAS 10H ÀS 12H	
Local:	Campus I – Prédio CCHSA – Bloco C, Sala 310
Tema:	Como as políticas públicas podem transformar um direito social em direito subjetivo? Uma análise sobre a possibilidade de inclusão social a partir da implementação de políticas públicas voltadas à cidade e ao planejamento urbano
Ministrante:	Prof. Dr. Josué Mastrodi Neto
Ementa:	Discussão que envolve Teoria Geral do Direito e Teoria dos Direitos Fundamentais, mas também Direito Constitucional e Direito Civil. O Estado de Direito está estruturado desde sua origem para proteção e promoção de direitos subjetivos, numa estrutura bem definida que confere o direito de um lado e, em sua contraposição, um dever jurídico de executar tal direito subjetivo, cujas características são a certeza e a determinação. A construção, de direito público, dos direitos fundamentais não está estruturada de modo a permitir que estes sejam exigíveis nos mesmos termos de direitos subjetivos. Ao menos no que respeita a direitos sociais, não há certeza nem determinação do dever de alguém de prover direitos sociais. Estes adquirem algumas dessas características quando o Administrador Público tem aprovado orçamento e política pública para a promoção de um direito social. Nesse sentido, o direito social passa a equivaler a um direito subjetivo, passível de ser exigido judicialmente o dever contraposto identificado pela execução integral da política prevista e do orçamento autorizado. Políticas públicas de planejamento urbano têm papel determinante quando definidas e implementadas em conformação ao interesse público. Tais ações são capazes de gerar integração das pessoas ao território da cidade por permitirem a promoção do direito à cidade.
Objetivo(s):	Objetivo geral: Apresentar as principais características das relações de direito subjetivo, próprias do direito privado, em contraposição às características das relações jurídicas de direito público envolvendo direitos fundamentais, especialmente os sociais. Objetivos específicos: Tratar do papel das políticas públicas na materialização dos direitos sociais ao identificar situações em que tais valores sociais possam ser estruturados como direitos subjetivos, numa tentativa de inclusão social dos destinatários de ações estatais implementadas na forma de políticas públicas de planejamento.
Conteúdo Programático:	<ol style="list-style-type: none">1. Teoria Geral do Direito é uma Teoria Geral do Direito Privado. A Teoria dos Direitos Fundamentais não alterou a estrutura normativa;2. A proteção a direitos fundamentais individuais em detrimento da proteção a direitos fundamentais sociais;3. Direitos fundamentais e direitos subjetivos: estruturas distintas;4. Políticas públicas: a forma de promoção de direitos sociais;5. Políticas públicas de planejamento urbano como instrumental à integração de pessoas ao território da cidade.
Referências:	ABRAMOVICH, Víctor e COURTIS, Christian. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madri: Trotta, 2002. HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass. The cost of rights: why liberty depends on taxes. New York: Norton, 1999. LEFEBVRE, Henri. Direito à Cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008. MASTRODI, Josué. Ponderação de direitos e proporcionalidade das decisões judiciais. Rev. Dir GV, 10 (2), p. 577-595, 2014. Disponível em DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201424 . Acesso em 06 de agosto de 2016. SOUSA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16 Acesso em 03 de agosto de 2016.